



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS AUDITORIA-GERAL DO ESTADO (AUGE)

CONCURSO PÚBLICO
Nível Superior

Aplicação: 8/2/2009

AUDITOR INTERNO – Nível I, Grau A

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS (P_1)
PROVA DE REDAÇÃO (P_2)

Caderno ALFA

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno ALFA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém quarenta questões, correspondentes à prova objetiva P_1 , corretamente ordenadas de 1 a 40, e uma proposta de elaboração de uma peça técnica, correspondente à prova de redação P_2 , acompanhada de espaços para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O poder é a habilidade de fazer boas coisas para os outros.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de um aplicador.
- 7 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova de redação para o caderno de texto definitivo.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos **últimos quinze** minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de texto definitivo da prova de redação e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de texto definitivo da prova de redação poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **11/2/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **12 e 13/2/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **13/3/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais e Internet.
- IV **16 e 17/3/2009** – Recursos (prova de redação): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **13/4/2009** – Resultado final da prova de redação e convocação para a perícia médica: Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital AUGE n.º 1/2008, de 10/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 40, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS BÁSICOS (P₁)

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de 1 a 3

1 Nas interrelações pessoais, é incontestável que cada
um dá sua própria versão dos fatos e da vida, segundo
suas particulares experiências e com base na formação
4 que tenha acumulado ao longo de sua existência. Cada
indivíduo, assim, é um ser único, que vislumbra as
ocorrências à sua volta e dá tratamento específico às
7 informações e ao conhecimento que tenha condições de
absorver.

Da mesma forma, mesmo os registros históricos
10 oficiais, como se sabe há muito, são somente a versão dos
que venceram e portanto, invariavelmente omitem ou
distorcem as razões, os motivos e as realizações dos que
13 foram vencidos.

Não menos temeroso é o conhecimento que se
transmite por gerações por meio da arte. Partindo da
16 premissa de que a arte imita a vida e, por consequência,
reinventa a realidade, na medida em que a vida também
imita a arte, por certo que perpetuar visões e conceitos
19 mal fundamentados (a despeito de eventuais boas
intenções) também representa que o artista acaba sendo,
igualmente, um difusor de informações e ideias cuja
22 confiabilidade é relativa.

Em suma, toda e qualquer avaliação da realidade
passa, necessariamente, pelas impressões pessoais de
25 quem a avalia.

Obed de Faria Junior. *A verdade de cada um*.
Internet: <recantodasletras.uol.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

De acordo com a argumentação do texto, nas interrelações
pessoais, cada indivíduo tem “sua própria versão dos fatos”
(l.2), porque

- A avalia a realidade em consonância com a própria experiência de ser único.
- B tenciona registrar um conhecimento confiável para as próximas gerações.
- C tem a ilusão de exercer sua posição de vencedor nos fatos históricos.
- D visa perpetuar conceitos acumulados ao longo de sua existência.
- E objetiva imitar a arte ao reinventar a realidade.

QUESTÃO 2

Assinale a opção de reescrita que preserva as relações
semânticas entre os elementos da seguinte oração do texto:
“cuja confiabilidade é relativa” (l.21-22).

- A de confiabilidade relativa
- B para confiabilidade relativa
- C em que confiabilidade relativa
- D no qual tem relativa confiabilidade
- E dos quais têm confiabilidade relativa

QUESTÃO 3

Assinale a opção que justifica corretamente o uso de estruturas
linguísticas no texto.

- A O emprego do modo subjuntivo em “tenha” (l.4) é sintaticamente exigido pela oração subordinada iniciada pelo pronome relativo “que” (l.1).
- B O uso do sinal indicativo de crase em “à sua volta” (l.6) e “às informações” (l.6-7) indica que tais expressões são dois complementos do predicado iniciado pelo verbo **vislumbrar**.
- C O uso da flexão de singular em “sabe” (l.10) deve-se à impessoalidade do verbo **haver**, na mesma oração.
- D Na linha 11, a flexão de plural em “omitem” e “distorcem” deve-se à concordância desses verbos com o sujeito da forma verbal “venceram”.
- E A colocação do pronome átono antes do verbo, em “se transmite” (l.14-15), é obrigatória devido à presença do pronome relativo “que” no início da oração subordinada.

Texto para as questões de 4 a 7

1 Para Vygotsky, a base do funcionamento psicológico
tipicamente humano é cultural, portanto, histórica. Os elementos
mediadores na relação entre o homem e o mundo — instrumentos,
4 signos e todos os elementos do ambiente humano carregados de
significado cultural — são construídos nas relações entre os
homens. Os sistemas simbólicos e, particularmente, a língua
7 exercem um papel fundamental na comunicação entre os sujeitos
e no estabelecimento de significados compartilhados que permitem
interpretações dos objetos, eventos e situações do mundo real. O
10 surgimento da atividade verbal e da língua como sistema de signos
é crucial no desenvolvimento da espécie humana, momento
mesmo em que o biológico se transforma no histórico e em que
13 emerge a centralidade da mediação simbólica na constituição do
psiquismo humano. É o trabalho que, pela ação transformadora do
homem sobre a natureza, une homem e natureza e cria a cultura e
16 a história humanas.

Marta Kohl de Oliveira. *História, consciência e educação*. Coleção Memória da Pedagogia,
n.º 2. 2005. *Viver mente&cérebro – especial Vygotsky*, p. 9-10 (com adaptações).

QUESTÃO 4

A partir da leitura do texto, julgue as inferências apresentadas nos
seguintes itens.

- I A espécie humana adota características históricas e culturais quando deixa de privilegiar o aspecto biológico.
- II Os diversos sistemas simbólicos são constituídos na relação entre o homem e o mundo.
- III A língua é o único sistema simbólico que permite a construção de significados compartilhados.
- IV A cultura resulta da ação transformadora do homem sobre a natureza.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 5

Assinale a opção em que as duas expressões apresentadas remetem ao mesmo referente no desenvolvimento do texto.

- A “tipicamente humano” (l.2) e “cultural” (l.2)
- B “base do funcionamento psicológico tipicamente humano” (l.1-2) e “sistemas simbólicos” (l.6)
- C “elementos mediadores na relação entre o homem e o mundo” (l.2-3) e “instrumentos, signos e todos os elementos do ambiente humano carregados de significado cultural” (l.3-5)
- D “significados compartilhados” (l.8) e “interpretações dos objetos” (l.9)
- E “centralidade da mediação simbólica” (l.13) e “constituição do psiquismo humano” (l.13-14)

QUESTÃO 6

Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre os argumentos caso se suprima o elemento sublinhado no trecho

- A Os elementos mediadores na relação entre o homem e o mundo” (l.2-3).
- B são construídos nas relações entre os homens (l.5-6).
- C “exercem um papel fundamental na comunicação entre os sujeitos e no estabelecimento de significados (l.7-8).
- D “sistema de signos é crucial no desenvolvimento” (l.10-11).
- E “a centralidade da mediação simbólica na constituição do psiquismo humano” (l.13-14).

QUESTÃO 7

Assinale a opção em que, considerando-se a organização e a coerência textual, as estruturas linguísticas se correspondem.

- A “são construídos nas relações entre os homens” (l.5-6) – **constroem-se nas relações entre os homens**
- B “O surgimento da atividade verbal e da língua” (l.9-10) – **Ao surgirem a atividade verbal e a língua**
- C “o biológico se transforma no histórico” (l.12) – **o biológico transforma o histórico**
- D “em que emerge a centralidade” (l.12-13) – **na qual emerge a centralidade**
- E “pela ação transformadora do homem sobre a natureza” (l.14-15) – **o homem transforma pela ação sobre a natureza**

Texto para as questões de 8 a 10

1 A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Por exemplo, a
4 floresta amazônica não passa para o antropólogo — desprovido de um razoável conhecimento de botânica — de um amontoado confuso de árvores e arbustos dos mais variados tamanhos e com uma imensa
7 variedade de tonalidades verdes. A visão que um índio tupi tem desse mesmo cenário é totalmente diversa: cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial. A nossa
10 herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela
13 maioria da comunidade.

Roque de Barros Laraia, *Cultura: um conceito antropológico*, RJ: Jorge Zahar, 2003, p. 67 (com adaptações).

QUESTÃO 8

Assinale a opção que apresenta a tese defendida pela argumentação do texto.

- A A floresta amazônica é plural.
- B O olhar nativo é mais exato e preciso que o olhar de um estrangeiro.
- C Os padrões de comportamento fazem a cultura.
- D A cultura condiciona as maneiras de ver o mundo.
- E A comunidade exclui comportamentos diferentes.

QUESTÃO 9

No desenvolvimento do texto, provoca erro gramatical ou incoerência textual

- A a substituição de “o homem” (l.1) por **os homens**.
- B a omissão de “com” (l.6).
- C a inserção de **que foi** antes de “desenvolvida” (l.10).
- D a omissão de “em relação” (l.11).
- E a substituição de “daqueles” (l.12) por **dos**.

QUESTÃO 10

Desconsiderando possíveis ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas, assinale a alteração **incorreta** nos sinais de pontuação do texto.

- A Substituição do ponto depois de “mundo” (l.2) pelo sinal de dois-pontos.
- B Substituição da vírgula depois de “Por exemplo” (l.3) pelo sinal de ponto-e-vírgula.
- C Substituição do duplo travessão que demarca a informação iniciada por “desprovido” (l.4) pelos sinais de parênteses.
- D Substituição do sinal de dois-pontos depois de “diversa” (l.8) pelo sinal de ponto-e-vírgula.
- E Substituição das vírgulas depois de “cultural” (l.10) e de “gerações” (l.10) por travessões.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Texto para as questões 11 e 12

Em um concurso estadual, foram aprovados x candidatos, que serão distribuídos para trabalharem em y cidades do estado. Na hipótese de serem encaminhados 2 candidatos para cada cidade, sobrarão 70 candidatos para serem distribuídos. Entretanto, no caso de serem encaminhados 3 candidatos para cada cidade, será necessário convocar mais 40 candidatos classificados nesse concurso.

QUESTÃO 11

Assinale a opção que apresenta corretamente o número y de cidades e o número x de candidatos, respectivamente.

- A 22 e 114
- B 30 e 130
- C 110 e 290
- D 120 e 320
- E 150 e 410

QUESTÃO 12

Para determinação dos valores x e y , obtém-se um sistema linear de duas equações com incógnitas x e y . A ele está associada uma matriz M , formada pelos coeficientes das variáveis das suas equações. Assinale a opção correta a respeito da solução desse sistema.

- A A matriz M tem determinante diferente de zero.
- B O sistema é homogêneo.
- C O sistema é compatível e indeterminado.
- D A matriz M é não-inversível.
- E A matriz M não pode ser transformada por meio de operações elementares sobre suas linhas na matriz identidade 2 por 2.

RASCUNHO

QUESTÃO 13

Maria, Míriam e Marina são componentes de uma orquestra. Cada uma delas toca somente um dos seguintes instrumentos: flauta, piano e violino. Questionadas por um desconhecido a respeito do instrumento que tocavam, elas apresentaram as respostas a seguir.

Maria: Marina toca flauta.

Míriam: Maria não toca flauta.

Marina: Míriam não toca piano.

Com base nessas informações, pode-se afirmar que

- A** Maria toca violino.
- B** Míriam toca piano.
- C** Maria toca flauta.
- D** Míriam toca violino.
- E** Marina toca violino.

QUESTÃO 14

Em um triângulo retângulo, um dos catetos mede a metade da hipotenusa. Nesse caso,

- A** se h for o valor da hipotenusa, seus catetos medem $\frac{h}{2}$ e $\frac{3h}{4}$.
- B** a tangente do menor ângulo é $\frac{\sqrt{3}}{3}$.
- C** a tangente do maior ângulo é $\frac{\sqrt{3}}{2}$.
- D** a medida dos ângulos agudos do triângulo é 45° .
- E** o seno do menor ângulo é $\frac{\sqrt{2}}{2}$.

QUESTÃO 15

Em um departamento de determinada empresa, 30% das mulheres são casadas, 40% solteiras, 20% divorciadas e 10% viúvas.

Considerando a situação hipotética acima, é correto afirmar que a probabilidade de uma mulher

- A** ser solteira ou divorciada é 0,50.
- B** ser solteira é 0,50.
- C** ser casada ou solteira é 0,60.
- D** ser divorciada ou viúva é 0,40.
- E** não ser casada é 0,70.

RASCUNHO

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 16

Acerca da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público, e sua criação deve se dar por lei específica.
- II As empresas públicas e as sociedades de economia mista destinam-se à prestação de serviços públicos ou à exploração de atividade econômica.
- III Os órgãos da administração pública devem ser criados por lei, e a iniciativa desta está reservada tanto ao chefe do Executivo quanto aos parlamentares.
- IV As entidades da administração indireta, a exemplo do que ocorre na administração direta, sujeitam-se ao controle externo exercido pelo Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).
- V As empresas públicas e as sociedades de economia mista são constituídas por capital público e privado, com participação majoritária do poder público.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e IV.
- C II, III e IV.
- D II, III e V.
- E III, IV e V

QUESTÃO 17

A respeito do que a Constituição Federal (CF) dispõe acerca dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A Os servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios estão sujeitos a regime jurídico único que adota padrões e planos de carreira próprios em cada esfera de governo.
- B A contratação temporária de servidores só se justifica em caráter excepcional, e os contratos com eles firmados devem ter sempre prazo determinado.
- C Diferentemente dos servidores da administração direta, os servidores das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista devem obrigatoriamente ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- D Ao contrário da investidura em emprego público, a investidura em cargo público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- E De acordo com a CF, o servidor estável pode perder o cargo somente em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 18

Com relação à teoria dos atos administrativos, assinale a opção **incorreta**.

- A A revogação de um ato administrativo só produz efeitos a partir de sua vigência, de modo que os efeitos produzidos pelo ato revogado devem ser inteiramente respeitados.
- B A administração pública pode anular seus atos administrativos independentemente de provocação da parte interessada.
- C Os atos administrativos de caráter normativo não podem ser objeto de delegação.
- D A administração pública pode convalidar os atos que apresentarem defeitos sanáveis, desde que essa decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- E Os atos administrativos trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as normas legais, razão pela qual só podem ser contestados na via judicial, mas não na via administrativa.

QUESTÃO 19

Acerca da responsabilidade civil da administração pública no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.
Um ex-detento ingressou com ação de indenização contra o Estado por ter sido condenado em virtude de sentença que continha erro judiciário.
Nessa situação, o Estado não pode ser civilmente responsabilizado, pois quem responderá pelo erro judiciário é o juiz que proferiu a sentença.
- B Considere a seguinte situação hipotética.
O empregado de uma empresa pública que se dedica à exploração de atividade econômica praticou ato que causou prejuízo a terceiro, ficando comprovado que não houve culpa ou dolo na conduta do empregado.
Nessa situação, a empresa pública citada deve responder pelo prejuízo causado, à luz do conceito da responsabilidade comum do Direito Civil, pois, por se dedicar à exploração de atividade econômica, ela é regida pelas normas aplicáveis às empresas privadas, não estando sujeita à responsabilidade civil objetiva.
- C Considere a seguinte situação hipotética.
Determinado servidor público, ao praticar ato de natureza funcional, causou dano direto a terceiro. Restou provado, porém, que o servidor não agiu com culpa ou dolo.
Nessa situação, o Estado deve responder pelo dano, mas exercer seu direito de regresso contra o servidor, cuja culpa é presumida, tendo em vista ser objetiva a responsabilidade dos agentes estatais frente ao poder público.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
O empregado de uma empresa privada prestadora de serviço público, no exercício de suas atribuições, causou dano a terceiro. Nessa situação, o empregado deve responder individualmente pelos prejuízos, uma vez que as empresas privadas, mesmo que prestem serviço público, não estão sujeitas à teoria da responsabilidade civil objetiva aplicável às pessoas de direito público.
- E Quando o dano causado a particular resultar de ato legislativo, o Estado estará isento da obrigação de repará-lo, mesmo que a lei tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois o Poder Legislativo, no exercício de suas atribuições, atua com independência e soberania, editando normas gerais e abstratas que alcançam todas as pessoas indistintamente, sem que haja quebra do princípio da igualdade de todos perante a lei.

QUESTÃO 20

Tendo em vista a disciplina legal sobre licitação, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da vinculação ao instrumento convocatório vincula os licitantes às normas e condições nele constantes, mas não vincula a administração, pois esta pode, a seu critério e em conformidade com o interesse público, desconsiderar requisitos do edital.
- Ⓑ A CF admite que a administração pública estabeleça, em lei, hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória, tanto no que diz respeito a obras, serviços, compras e alienações quanto à execução de serviço público por concessão e permissão.
- Ⓒ A modalidade licitatória adequada para a venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados é o pregão.
- Ⓓ As entidades da administração indireta podem editar regulamentos próprios sobre licitação e contratos, estando sujeitas, porém, às disposições da Lei n.º 8.666/1993.
- Ⓔ Concurso é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 21**

Acerca dos contratos administrativos, regidos pela Lei n.º 8.666/1993, assinale a opção correta.

- Ⓐ O fato do príncipe distingue-se do fato da administração na medida em que o primeiro se relaciona diretamente com o contrato, enquanto o segundo (fato da administração) só reflexamente repercute sobre o contrato.
- Ⓑ A administração pode rescindir unilateralmente o contrato administrativo se o contratado não cumprir devidamente as cláusulas contratuais, devendo ressarcir-lo dos prejuízos regularmente comprovados.
- Ⓒ A administração possui a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa — entre as quais se incluem a advertência, a multa e a suspensão temporária de participação em licitação — sendo a pena de multa a única passível de ser aplicada juntamente com qualquer uma das outras.
- Ⓓ O contrato deve ser publicado resumidamente no Diário Oficial no prazo máximo de 20 dias a contar da assinatura, sendo dispensável essa publicação se tiver sido formalizado por instrumento lavrado em cartório de notas.
- Ⓔ Os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados *intuitu personae*, ou seja, em razão de condições pessoais do contratado, razão pela qual são terminantemente vedadas, em qualquer hipótese, a subcontratação, total ou parcial, do seu objeto, a associação do contratado com outrem e a sua cessão ou transferência.

QUESTÃO 22

A respeito do regime de concessões e permissões de serviço público e das parcerias público-privadas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A permissão é formalizada por contrato administrativo, tem como objeto a prestação de serviços públicos e pode ser firmada tanto com pessoa física quanto com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- Ⓑ As concessões de serviço público só podem ser outorgadas por prazo determinado.
- Ⓒ O poder público pode celebrar parcerias público-privadas independentemente do valor do contrato e do prazo de prestação do serviço a ser desenvolvido.
- Ⓓ A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação, adotando-se sempre a modalidade da tomada de preços.
- Ⓔ Em razão do princípio da continuidade do serviço público, a concessionária não pode requerer judicialmente a rescisão do contrato de concessão, nem mesmo se o poder concedente descumprir as normas contratuais.

QUESTÃO 23

Considerando as normas acerca do processo administrativo constantes nas Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O processo administrativo pode iniciar-se por ato da administração pública ou a pedido do interessado.
- Ⓑ Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente o exigir.
- Ⓒ Se o servidor cometer infração que é, ao mesmo tempo, definida em lei como ilícito penal e ilícito administrativo, e o juiz absolver o servidor por insuficiência de provas, então ele não poderá ser punido na esfera administrativa.
- Ⓓ Diferentemente do que ocorre no processo judicial, no processo administrativo é vedada a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- Ⓔ O princípio da ampla defesa é aplicável também ao processo administrativo, estando nele assegurados os direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.

QUESTÃO 24

Acerca dos poderes dos agentes públicos, assinale a opção correta.

- A** Caracteriza-se como excesso de poder a conduta abusiva dos agentes que, embora dentro de sua competência, afastam-se do interesse público que deve nortear todo o desempenho administrativo.
- B** A avocação, como elemento que decorre do poder hierárquico, autoriza a autoridade superior a avocar para si, de forma indiscriminada e com a frequência que entender necessária, as funções originariamente atribuídas a um subordinado.
- C** A CF autoriza o TCU a sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentação.
- D** No exercício do poder de polícia, a administração pode restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.
- E** No exercício do poder disciplinar, o administrador se sujeita ao princípio da pena específica, estando estritamente vinculado à prévia definição da lei acerca da infração funcional e da respectiva sanção.

QUESTÃO 25

Julgue os itens subsequentes, relativos aos bens públicos.

- I Os mares, rios e ruas são considerados bens de uso especial, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- II Os bens públicos são caracterizados como impenhoráveis.
- III São considerados bens federais, entre outros, as terras devolutas necessárias à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, o mar territorial e os potenciais de energia hidráulica.
- IV O uso comum de bem público se caracteriza quando deste se utilizam todos os membros da coletividade sem que haja discriminação entre os usuários nem consentimento estatal específico para esse fim.
- V Os bens dominicais, por estarem afetados a fins públicos específicos, são inalienáveis, não podendo ser objeto de relações jurídicas regidas pelo direito civil, como compra e venda, doação, permuta, locação.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e V.
- D** II, III e IV.
- E** III, IV e V.

QUESTÃO 26

Com relação aos poderes do Estado e suas respectivas funções, assinale a opção **incorreta**.

- A** O Poder Legislativo é exercido nos estados, no DF e nos municípios, de forma unicameral, diferentemente do que ocorre em âmbito federal, em que se adota o sistema bicameral.
- B** O STF e os tribunais superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
- C** O acesso aos tribunais de segundo grau é privativo dos juízes de carreira, que a eles ascendem mediante promoção e pelos critérios de antiguidade e merecimento.
- D** O Brasil adota o sistema de governo presidencialista, no qual o Poder Executivo é exercido de maneira monocrática, com as funções de chefe de Estado e de chefe de governo estando confiadas a um só agente político.
- E** Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente, o vice-presidente da República e os ministros de Estado.

QUESTÃO 27

Acerca do poder constituinte, da origem e dos tipos de Constituição, julgue os itens a seguir.

- I O poder constituinte originário é um poder inicial e incondicionado, que pode desconsiderar de maneira absoluta o ordenamento constitucional preexistente, inclusive as cláusulas pétreas.
- II O poder constituinte derivado reformador é exercido pelo Congresso Nacional, sujeito aos limites explicitados pelo constituinte originário.
- III Em sentido material, a Constituição compreende as normas constitucionais, escritas ou costumeiras, inseridas ou não em um documento escrito, que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos fundamentais.
- IV Quanto à sua origem, a CF é outorgada, tendo sido elaborada por representantes eleitos pelo povo de forma livre e soberana.
- V Considera-se Constituição analítica aquela que exige formalidades e exigências mais rígidas para sua alteração.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** I, III e V.
- D** II, III e IV.
- E** III, IV e V.

QUESTÃO 28

Tendo em vista o controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** No Brasil, o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre a constitucionalidade das leis e dos atos normativos, ocorre tanto pela via difusa quanto pela via concentrada.
- B** No controle incidental, os juízes e tribunais só podem se manifestar sobre a inconstitucionalidade de uma lei, deixando de aplicá-la a casos concretos, se, antes, tiverem sido provocados por uma das partes.
- C** Compete ao tribunal de justiça de cada estado-membro exercer o controle concentrado da constitucionalidade das leis e dos atos normativos estaduais e municipais perante a CF.
- D** Os tribunais somente podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público pelo voto unânime de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- E** Em regra, a declaração definitiva de inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo pelo STF tem efeito *ex nunc*, só tendo eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado pelo STF.

QUESTÃO 29

Considerando as normas da CF acerca da administração pública e do sistema de controle externo, assinale a opção correta.

- A** Diferentemente do que ocorre nos Poderes Executivo e Judiciário, as unidades administrativas do Poder Legislativo não estão sujeitas a inspeções e auditorias do TCU.
- B** Somente os brasileiros natos e naturalizados, mas não os estrangeiros, têm acesso aos cargos, empregos e funções públicas.
- C** Compete ao TCU a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- D** Tanto os servidores da administração direta quanto os das autarquias e fundações, nas esferas federal, estadual e municipal, estão submetidos ao teto salarial estabelecido na CF.
- E** É vedada a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais, salvo no que diz respeito às capitais dos estados, em que se admite a existência de tribunais próprios, que auxiliam as câmaras municipais no controle externo das contas públicas.

QUESTÃO 30

Considerando o que a CF dispõe acerca dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A** Nosso sistema constitucional estabelece um rol exaustivo de direitos e garantias fundamentais, razão pela qual eles não podem ser ampliados além daqueles constantes do art. 5.º da CF.
- B** Admite-se que a lei restrinja a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- C** A CF admite que o sigilo das comunicações telefônicas seja quebrado, tanto por ordem judicial quanto por decisão da autoridade policial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- D** Tendo em vista o princípio da igualdade consagrado na CF, não se admite a fixação de idade mínima ou máxima para o ingresso no serviço público.
- E** As normas da CF que tratam dos direitos e garantias fundamentais são hierarquicamente superiores às normas constitucionais que disciplinam a política urbana e o sistema financeiro nacional.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**QUESTÃO 31**

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado identificava, em uma perspectiva histórica, três formas básicas de administração pública, a saber:

- A** administração pública clássica, administração pública burocrática e administração pública gerencial.
- B** administração pública patrimonialista, administração pública burocrática e administração pública gerencial.
- C** administração pública burocrática, administração pública pós-burocrática e administração pública gerencial.
- D** administração pública patrimonialista, administração pública burocrática e administração pública republicana.
- E** administração pública tradicional, administração pública burocrática e administração pública gerencial.

QUESTÃO 32

Segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, a reforma administrativa implementada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a partir de 1937, baseava-se nos seguintes princípios:

- A** simplificação e personalização de procedimentos, revisão de estruturas organizacionais e constituição de uma burocracia meritocrática nos moldes weberianos.
- B** simplificação e padronização de procedimentos, revisão de estruturas programáticas e constituição de uma burocracia meritocrática nos moldes weberianos.
- C** simplificação e padronização de procedimentos, revisão de estruturas organizacionais e constituição de uma burocracia meritocrática nos moldes weberianos.
- D** simplificação e personalização de procedimentos, manutenção de estruturas organizacionais e constituição de uma burocracia meritocrática nos moldes weberianos.
- E** simplificação e padronização de procedimentos, manutenção de estruturas organizacionais e constituição de uma burocracia patrimonialista nos moldes weberianos.

QUESTÃO 33

A respeito da avaliação de programas e projetos governamentais, é correto afirmar que

- A** a avaliação de resultados, de natureza *ex ante*, visa aferir a efetividade do programa ou projeto avaliado.
- B** a avaliação da efetividade de um programa ou projeto visa aferir se as realizações ocorreram dentro do orçamento previsto e a custos compatíveis, enquanto a avaliação de eficiência visa aferir os impactos da ação do programa ou projeto sobre o seu público-alvo ou beneficiários.
- C** a avaliação *ex ante* busca aferir os eventos já ocorridos e tomar decisões baseadas nestas informações, enquanto a avaliação *ex post* visa orientar o planejamento do programa ou projeto objeto da avaliação, de forma a antecipar restrições e respectivas providências a serem tomadas.
- D** a avaliação de resultado ou de impacto busca averiguar, fundamentalmente, o desempenho orçamentário/financeiro do programa ou projeto avaliado.
- E** a avaliação de efetividade baseia-se fundamentalmente na verificação da evolução dos indicadores do programa ou projeto, enquanto a avaliação de eficácia baseia-se fundamentalmente na verificação da evolução das metas físicas do programa ou projeto avaliado.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei n.º 9.790/1999 – Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), é correto afirmar que

- A** as pessoas jurídicas de direito público podem qualificar-se como OSCIPs.
- B** as sociedades comerciais podem qualificar-se como OSCIPs.
- C** o deferimento ou indeferimento ao pedido de qualificação de uma organização como OSCIP é atribuição de competência do Ministério da Fazenda.
- D** pessoa jurídica de direito privado que disponha dentre seus objetivos sociais a finalidade de promover a segurança alimentar e nutricional poderá, nos termos da Lei, qualificar-se como OSCIP.
- E** uma organização social pode também ser qualificada como OSCIP.

QUESTÃO 35

São princípios comuns às reformas gerenciais ou modelos pós-burocráticos

- A** o estímulo à melhoria na qualidade dos serviços públicos, a responsabilização dos agentes públicos e a transparência.
- B** a centralização, a ênfase no controle dos meios e a responsabilização dos agentes públicos.
- C** os serviços públicos orientados ao cidadão, a rigidez de procedimentos e de estruturas organizacionais e a meritocracia.
- D** a ênfase no controle em detrimento dos resultados, a gratificação ao desempenho individual e organizacional e o *empowerment*.
- E** a administração orientada para resultados, a nomeação para cargos públicos baseada fundamentalmente no livre provimento e a rigidez de normas e procedimentos.

QUESTÃO 36

Entre os princípios e as diretrizes gerais do governo eletrônico no âmbito do governo Federal incluem-se

- A** a promoção da cidadania, uma maior transparência dos atos governamentais e a ausência de intercâmbio com outros níveis de governo e outros poderes.
- B** a racionalização no uso de recursos, a gestão do conhecimento e a desconsideração do legado de sistemas existentes.
- C** o estímulo à inclusão digital, a promoção da utilização de *software* livre e a interoperabilidade.
- D** o compartilhamento de conhecimentos estratégicos e o arcabouço integrado de políticas, sistemas, padrões e normas, bem como a unificação tecnológica de sistemas e *software* de um único fornecedor.
- E** o estímulo à inclusão digital, a inexistência de compartilhamento de recursos entre órgãos públicos e a consideração do legado de sistemas existentes.

QUESTÃO 37

O conceito de governança pública está mais adequadamente associado

- A** ao grau de controle da variável política do governo.
- B** à responsabilização dos agentes públicos.
- C** às condições efetivas de manejo da estrutura administrativa do aparelho do Estado.
- D** à efetividade na aplicação dos recursos públicos.
- E** ao uso adequado da tecnologia da informação para dar publicidade aos atos governamentais.

QUESTÃO 38

A respeito das agências reguladoras, assinale a opção correta.

- A** São exemplos de agências reguladoras federais a ANEEL, a ANP e o INMETRO.
- B** Os dirigentes das agências reguladoras não dispõem de mandato fixo.
- C** As agências reguladoras são órgãos da administração pública direta.
- D** Essas agências são consideradas autarquias sob regime especial.
- E** Essas agências são diretamente vinculadas à presidência da República.

QUESTÃO 39

As políticas e os programas públicos são concebidos considerando critérios de maior focalização ou universalização.

Assinale a opção que apresenta corretamente o rol de políticas ou programas públicos brasileiros mais aderentes ao critério de universalização.

- A** Programa Nacional de Reforma Agrária, PROUNI, Política de Concessão de Benefícios Previdenciários.
- B** Bolsas CAPES, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Programa Nacional do Livro Didático.
- C** Segurança Pública, Política Nacional do Salário Mínimo, Sistema Único de Saúde (SUS).
- D** Bolsa Família, Segurança Pública, PROUNI.
- E** Programa Nacional de Reforma Agrária, Bolsa Família, Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 40

Com relação aos modelos organizacionais, é correto afirmar que

- A** as estruturas flexíveis foram a base das reformas burocráticas da primeira metade do século XX.
- B** os modelos de natureza *top-down* tendem a privilegiar maior participação e responsabilização dos escalões inferiores da organização.
- C** as organizações tayloristas podem ser consideradas estruturas matriciais.
- D** as estruturas organizacionais, orientadas para resultados, tendem a privilegiar aspectos de controle de seus fluxos e processos de trabalho.
- E** o modelo de organização hierárquica baseia-se na especialização vertical da organização. Por outro lado, o modelo de departamentalização baseia-se na especialização horizontal da organização.

PROVA DE REDAÇÃO (P₂)

- Nesta prova, que vale **cinquenta** pontos, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DE REDAÇÃO (P₂)**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **cinquenta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PEÇA TÉCNICA

Em atendimento à programação anual de trabalho da Auditoria-Geral do Estado, os auditores internos examinaram as despesas com pessoal do Estado, e apuraram que, nos últimos doze meses, terminados em agosto, elas totalizavam R\$ 30 bilhões. No mesmo período, as receitas correntes atingiram R\$ 50 bilhões e as de capital, R\$ 30 bilhões. As transferências constitucionais para os municípios foram de R\$ 10 bilhões.

Os R\$ 30 bilhões estavam assim repartidos:

- I R\$ 1,2 bilhão para a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado;
- II R\$ 2,4 bilhões para o Tribunal de Justiça do Estado;
- III R\$ 0,8 bilhão para o Ministério Público Estadual;
- IV R\$ 25,6 bilhões para o Executivo.

Com base nos dados e informações apresentados acima, redija um relatório de auditoria composto pelas seguintes partes:

- ▶ introdução, explicitando a motivação, o objetivo do trabalho;
 - ▶ desenvolvimento, em que sejam descritas as constatações, com ênfase nos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - ▶ conclusão, pela regularidade ou irregularidade da situação, e as recomendações pertinentes.
-

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	